

PROGRAMA RIO DOCE
Escolha de Assessoria Técnica para o Território 16 –
Macrorregião Litoral Norte Capixaba

ÍNDICE

1. CONTRATO	2
1.1. Identificação e objetivos	2
1.2. Responsáveis	2
2. INFORMAÇÕES GERAIS	2
3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS	2
4. CONSOLIDAÇÃO DA COMISSÃO DE ATINGIDOS	6
4.1. Comunidade do Nativo (24 de agosto)	6
4.2. Conceição da Barra (27 de agosto)	8
4.3. Reunião com a professora Simone Ferreira (12 de setembro)	10
4.4. Ferrugem (15 de setembro)	12
4.5. Pontal do Ipiranga (17 de setembro)	12
4.6. Barra Seca (18 de setembro)	13
4.7. Redesenho do território	15
4.8. Apresentação do credenciamento	15
5. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PRELIMINARES E AVALIAÇÃO	16
5.1. Comissão de especialistas	17
6. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA	18
6.1. Metodologia da reunião	22
6.2. Apresentação	23
6.2.1. Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai	23
6.2.1.1. Perguntas à Adai	25
6.3. Debate	31
6.4. Decisão	33
6.5. Considerações finais do evento de escolha da Assessoria Técnica	34

1. CONTRATO

1.1. Identificação e objetivos

Realização de Serviços de Consultoria Técnica (no. 4500176574) para viabilização de Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce.

1.2. Responsáveis

Fundo Brasil de Direitos Humanos	Ana Valéria Araújo
Fone 11.3256.7852	e-mail avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br
Ministério Público Federal	Dr. José Adércio Leite Sampaio
Fone 31.2123.9174	e-mail joseadercio@mpf.mp.br

2. INFORMAÇÕES GERAIS

Este é o relatório consolidador do processo de escolha de Assessoria Técnica aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão no Território 16 – Macrorregião Litoral Norte Capixaba, composto pelos municípios litorâneos de Conceição da Barra e São Mateus.

As informações aqui reunidas referem-se ao período de 9 de julho a 23 de novembro de 2018.

3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS

Na fase inicial do Programa Rio Doce, o Território 16 foi desenhado para incluir, além dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, os distritos Pontal do Ipiranga, Barra Seca e Degredo, que pertencem ao município de Linhares. O desenho inicial considerou as semelhanças geográficas – são comunidades localizadas no litoral capixaba – e econômicas, com a pesca, o extrativismo e o turismo compondo parte importante da renda da população atingida.

Nas escutas em campo feitas pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, os atingidos e atingidas de Barra Seca e Pontal do Ipiranga manifestaram preferência por compor a Comissão de Atingidos do município de Linhares, sob as justificativas de que são

distritos pertencentes a este município; os deslocamentos para a sede do município são mais fáceis; há semelhanças entre modos de vida e atividades econômicas; e o fato de que alguns atingidos já acompanhavam as movimentações para a articulação de uma Comissão de Linhares.

A comunidade quilombola de Degredo apresentou um quadro de alta complexidade social e territorial que levou a equipe do Fundo Brasil a propor um tratamento diferenciado para a comunidade. A equipe constatou que a Comissão de Atingidos de Degredo não estava consolidada, não frequentava o espaço da Comissão de Atingidos do Litoral Norte (São Mateus e Conceição da Barra) e que a comunidade vivia uma situação de conflitos internos. Assim, o entendimento da equipe do Fundo Brasil e do Ministério Público Federal foi de que o avanço do processo de escolha de uma Assessoria Técnica em Degredo dependia, necessariamente, de uma avaliação mais detida e cuidadosa sobre a situação, e de uma possível individualização de Degredo para compor um território à parte, com sua própria Comissão de Atingidos e processo de credenciamento de entidades, que obedeceriam às especificidades de um território quilombola.

A Figura 1 mostra o desenho definitivo do Território 16 – Macrorregião Litoral Norte Capixaba.



Figura 1: Localização do Território 16 – Macrorregião Litoral Norte Capixaba.
Cartografia: André Rodrigues de Oliveira/Fundo Brasil

A Figura 2 contextualiza o território na Bacia do Rio Doce.

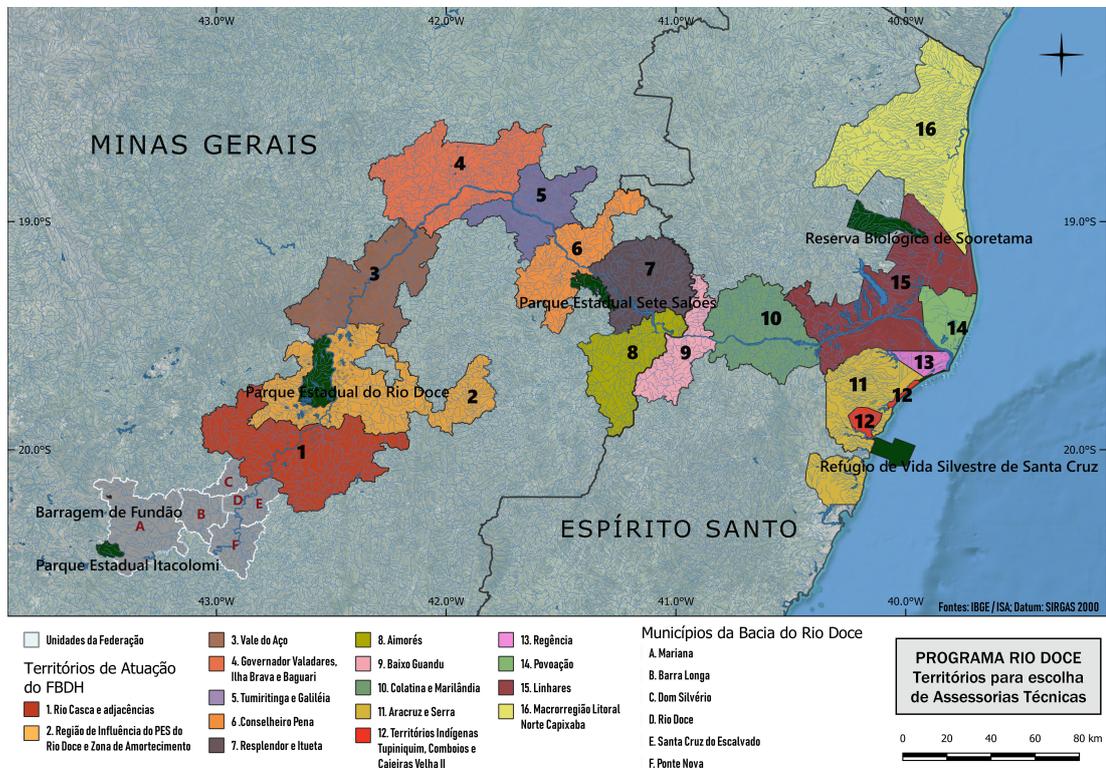


Figura 1: Territórios para escolha de Assessorias Técnicas.
Cartografia: André Rodrigues de Oliveira/Fundo Brasil

Os dois municípios demoraram a ser reconhecidos como atingidos pelos rejeitos tóxicos da Barragem de Fundão: a inclusão na lista de áreas atingidas foi feita pelo Comitê Interfederativo (CIF) do Ibama¹ apenas em março de 2017.

Em Conceição da Barra (28.449 habitantes, segundo o IBGE²), os trabalhos em campo apontaram que a Assessoria Técnica, uma vez instalada, deverá fazer investigações mais minuciosas a respeito dos pontos listados a seguir:

- Impacto dos rejeitos da Barragem de Fundão nas praias, intensamente voltadas ao turismo, como Itaúnas, que foi objeto de estudos da Universidade Federal do Espírito Santo que comprovam presença, na água do mar, de metal trazido pela lama;
- Sustentabilidade da atividade econômica dos pescadores oceânicos;

¹ O Comitê Interfederativo (CIF) foi criado em resposta ao desastre provocado pelo rompimento da Barragem de Fundão. Sua função é orientar e validar os atos da Fundação Renova, instituída pela Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton, para gerir e executar

² Fonte: IBGE Cidades. A estimativa de população feita pelo IBGE em 2018 é de 30.849 habitantes em Conceição da Barra.

- Resistência dos comerciantes ligados ao turismo em serem reconhecidos como atingidos pelo receio de que o reconhecimento afete seus negócios.

O município de São Mateus (109.028 habitantes, segundo o IBGE³) apresentou o seguinte diagnóstico:

- Comerciantes locais preferiam não divulgar as consequências do desastre para não atrapalhar o fluxo de turistas;
- Urussuquara, praia localizada na divisa dos municípios de São Mateus e Linhares, perdeu receita nesse nicho de negócios depois do desastre;
- Acesso à água para uso humano feito por poços abertos por iniciativa de moradores e da Prefeitura; não se sabia se estavam contaminados;
- Extrativismo no mangue era destinado à coleta de caranguejos, uma atividade tradicional e meio de renda para habitantes de localidades como Campo Grande e São Miguel.

As demandas para a Assessoria Técnica no território como um todo, listadas em Chamada Pública específica, são as seguintes⁴:

- a. Viabilização de assessoria jurídica;
- b. Viabilização de estudos sobre a qualidade da água para uso humano, pesca, agricultura e irrigação, e suas consequências;
- c. Viabilização de atendimento às questões relacionadas com a qualidade da água do mar, dos mangues e das lagoas; e
- d. Viabilização de ações de atenção à saúde.

³ Fonte: IBGE Cidades. A estimativa de população feita pelo IBGE em 2018 é de 128.542 habitantes em São Mateus.

⁴ Em função das modificações observadas na composição deste território, foram excluídas desta relação os itens da chamada pública específicos sobre as localidades do município de Linhares.

4. CONSOLIDAÇÃO DA COMISSÃO DE ATINGIDOS

Para dar conta das tarefas de acompanhar os debates sobre Assessoria Técnica e a consolidação de uma Comissão de Atingidos representativa em um território de grande extensão, a equipe do Fundo Brasil realizou sete reuniões, em diferentes localidades do Litoral Norte, entre os meses de agosto e outubro.

Esta etapa incluiu ainda uma reunião com a professora Simone Ferreira, coordenadora do Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) da Universidade Federal do Espírito Santo, para compreender melhor a dinâmica territorial da Macrorregião Litoral Norte.

A seguir, a sequência de reuniões que acompanharam e constataram a consolidação da Comissão de Atingidos e redefiniram o desenho do Território 16 (em relação ao desenho inicial expresso na Proposta Técnica e Comercial elaborada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos), além de darem sequência ao processo de escolha de Assessoria Técnica para as comunidades atingidas dessa região.

4.1. Comunidade do Nativo (24 de agosto)



*Figura 3: Reunião na comunidade do Nativo, São Mateus.
24 ago 2018. Foto: Fundo Brasil*

Em 24 de agosto realizou-se a primeira reunião no território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba para informar a retomada dos trabalhos do Fundo Brasil e os passos do

processo de escolha de uma Assessoria Técnica; e também com o objetivo de compreender o estado atual de organização e mobilização da Comissão de Atingidos. Estiveram presentes na sede da Associação de Moradores da Comunidade do Nativo 54 atingidos e atingidas das comunidades do Nativo, São Miguel, Ferrugem, Pedra D'Água, Barra Nova, Gameleira, Fazenda Ponta, Barra Nova Norte, Barra Nova Sul, Campo Grande e outras.

Foi informado ao Fundo Brasil que a Comissão de Atingidos de São Mateus se reuniu pela primeira vez em setembro de 2017 e realizou diversos encontros em toda a região. Também que já existia interlocução com as Comissões de Atingidos de Conceição da Barra e de outras localidades, graças à atuação de lideranças locais e de movimentos sociais. Nesse sentido, foram disponibilizadas à equipe do Fundo Brasil fotos de reuniões realizadas com atingidos em diversas comunidades. A Comissão aglutinava representantes de diferentes setores, como pescadores de rio e de mar, marisqueiras, catadores de siri, agricultores, artesãos, apicultores, professores e outras categorias.



Figura 4: reunião da Comissão de Atingidos em São Mateus, anterior à retomada dos trabalhos do Fundo Brasil. Foto disponibilizada pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)

Os presentes mostraram preocupação com a demora na implementação da Assessoria Técnica independente. Em diversas falas, atingidos e atingidas demandaram celeridade no processo e mostraram insatisfação com a falta de recursos para

mobilização (como deslocamentos entre as várias comunidades). Demonstraram insatisfação com a atuação da Fundação Renova: erros e confusão nos cadastros; exclusão de pescadores ribeirinhos da condição de atingidos; incorreção de cadastros, mesmo após os atingidos apontarem as inconsistências à Renova; não reconhecimento de mulheres como atingidas, inclusive do ponto de vista de suas atividades econômicas.

Os atingidos e atingidas destacaram a necessidade de que a Assessoria Técnica fosse feita por uma entidade independente e de confiança das comunidades. Mostraram avançado entendimento sobre o papel de uma Assessoria Técnica independente na relação entre atingidos e empresas causadoras do dano. Os pontos a serem trabalhados pela Assessoria Técnica, identificados na reunião, foram principalmente: demandas jurídicas (reconhecimento das diferentes categorias de atingidos em favor de indenizações justas, reconhecimento como comunidade tradicional); saúde (laudos confiáveis sobre a qualidade da água, segurança alimentar, saúde das criações de animais domésticos); recuperação ambiental.

Apesar das distâncias que separam as diversas comunidades e as dificuldades materiais para a mobilização, a equipe do Fundo Brasil constatou que a Comissão de Atingidos de São Mateus era um espaço amplo e representativo e estava consolidada.

4.2. Conceição da Barra (27 de agosto)

Ocorreu no auditório da Secretaria Municipal de Educação e teve a presença de 33 atingidos e atingidas de Conceição da Barra e Itaúnas, principalmente pescadores artesanais.

O município de Conceição da Barra teve de lutar muito para ser reconhecido como localidade atingida pelos rejeitos tóxicos da barragem da Samarco. A Comissão local passou a se reunir em julho de 2018, incluiu representantes de diversas comunidades, inclusive do distrito de Itaúnas, e dialogava com a Comissão de São Mateus. Contava principalmente com a participação de pescadores artesanais de mar e de rio, donos de pequenas embarcações, mas também com comerciantes e agricultores.



*Figura 5: Reunião em Conceição da Barra. 27 ago 2018.
Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

Na reunião, os atingidos e atingidas manifestaram dúvidas sobre interferência que o trabalho da Assessoria Técnica poderia ter nas negociações individuais com a Renova. Integrantes da própria Comissão de Atingidos local explicaram o papel da Assessoria Técnica, sua função de qualificar as demandas coletivas e fortalecer as reivindicações por meio de pautas coletivas – até então, os atingidos é que tinham de se adequar individualmente à pauta de negociações da Renova. Esclareceram também que a Assessoria Técnica seria para todos os atingidos e atingidas das comunidades, mesmo os que já tivessem acordos de indenização estabelecidos com a Fundação, que poderiam inclusive ser revistos no futuro em benefício dos atingidos e atingidas.

Foram debatidos os impactos do desastre no trabalho dos pescadores, em maior número na reunião. Falou-se também nas consequências para a economia local, redução do fluxo de turistas e falta de compradores para o pescado, por desconfiança sobre contaminação. A comunidade se mostrou ansiosa pela falta de informações confiáveis sobre a qualidade da água e dos peixes. Muitos relataram um longo histórico familiar de gerações vivendo da pesca e a angústia de não saber se poderiam transmitir o ofício aos filhos, sinalizando a importância da pesca artesanal não apenas como atividade econômica, mas também como definidora do modo de vida nas esferas cultural e imaterial das comunidades. A necessidade de delimitar não somente o dano material

causado pelos rejeitos tóxicos e seu impacto sobre a renda, mas a de delimitar também os danos imateriais, as consequências para as comunidades tradicionais pesqueiras e para a saúde mental e os modos de vida dos atingidos foi bastante mencionada durante a reunião.

Integrantes da Comissão local assinalaram a dificuldade financeira para se deslocar e participar das discussões sobre reparação. Falaram ainda em divisões na comunidade causadas por negociações individuais com a Fundação Renova, erros na efetivação de cadastros e concessão de medidas emergenciais e tratamento diferenciado a atingidos na mesma situação.

Para o trabalho efetivo de uma Assessoria Técnica no território, os integrantes da Comissão mencionaram a necessidade de independência financeira, comercial e técnica em relação às empresas violadoras dos direitos das comunidades e também a necessidade de uma relação de confiança com a entidade a ser contratada para o serviço.

A Comissão de Conceição da Barra mostrou um esforço de organização que contribuiu para articular diferentes localidades. Apesar de recente, a Comissão já havia realizado outras reuniões e muitos dos seus membros conduziram a reunião para garantir o nivelamento de informações entre todos os atingidos e atingidas e o consenso sobre os temas tratados. Essas lideranças e articuladores também dialogavam com a Comissão de São Mateus e os dois espaços entendiam a necessidade de convergência no momento de escolha da Assessoria Técnica.

4.3. Reunião com a professora Simone Ferreira (12 de setembro)

Após as visitas a São Mateus e Conceição da Barra, as conversas com lideranças comunitárias, pesquisadoras e pesquisadores, movimentos sociais atuantes no território e leitura de documentos, a equipe do Fundo Brasil responsável pelos trabalhos no litoral capixaba vinha enfrentando a seguinte questão: o Território 16 da Proposta Técnica e Comercial parecia compreender localidades com processos políticos e modos de vida distintos, o que colocava desafios para a sua confluência em uma única Comissão de Atingidos.

As reuniões das comissões de São Mateus (24 de agosto) e Conceição da Barra (27 de agosto) foram amplas, representativas e produziram um bom debate sobre o

processo de escolha da Assessoria Técnica independente. Constatou-se que as duas comissões conversavam entre si, compreendiam a necessidade de confluência no momento da escolha da entidade de Assessoria Técnica em uma única Comissão de Atingidos e pareciam suficientemente consolidadas para caminhar em direção à próxima etapa, a da informação do resultado do credenciamento. Mas se fazia necessário compreender a inserção das demais localidades nesse processo: Degredo, Pontal do Ipiranga e Barra Seca.

A reunião com a professora Simone Ferreira ocorreu em 12 de setembro no bairro de Guriri, no município de São Mateus. A professora coordena o Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) da Universidade Federal do Espírito Santo e estuda há mais de uma década o norte capixaba. Realizou trabalhos de pesquisa e extensão com comunidades em todo o território do Espírito Santo, inclusive antes da lama, alguns dos quais se desdobraram em estudos sobre seus modos de vida que contribuíram para o seu reconhecimento como comunidades tradicionais quilombolas, de pescadores, indígenas, ribeirinhos e outros (exemplos são Areal, Degredo e Entre Rios). Contribuíram também para o estabelecimento de laços de confiança.

A professora Simone Ferreira demonstrou preocupação com o desenho inicial do Território 16. Apesar de haver laços de parentesco e semelhanças de modos de vida, desenhos específicos poderiam dificultar a confluência de todas essas localidades em uma mesma Comissão de Atingidos, atendida por uma mesma Assessoria Técnica. Como exemplo, ressaltou que Degredo, Barra Seca e Pontal do Ipiranga têm semelhanças geográficas, de modos de vida e atividades econômicas: são comunidades à beira-mar, na planície costeira capixaba, e vivem da pesca oceânica. Já as comunidades de Nativo, Gameleira, Fazenda Ponta, Ferrugem, Barra Nova Norte, Barra Nova Sul, São Miguel e Campo Grande têm características de mangue e mar, banhadas pelo Rio Mariricu, e com modos de vida e atividades econômicas semelhantes entre si.

4.4. Ferrugem (15 de setembro)

No salão da Igreja Católica Bom Jesus, na comunidade de Ferrugem, município de São Mateus, a reunião contou com 12 pessoas, entre pescadores, ribeirinhos e agricultores. A liderança comunitária que organizava os atingidos e atingidas da localidade não esteve presente por questão de saúde. Também foi explicado ao Fundo Brasil que a baixa adesão à reunião foi causada pelo falecimento de uma pessoa da comunidade, que levou muitos e muitas ao velório.

Por dificuldade de deslocamento, Ferrugem não vinha conseguindo se articular satisfatoriamente com a Comissão de Atingidos de São Mateus, mas afirmaram estar informados do processo. Durante o encontro, falas foram feitas no sentido de manifestar preocupações e reflexões sobre a perspectiva de futuro para a comunidade diante dos danos. Falou-se em dúvidas sobre a qualidade da água, contaminação para consumo humano, seus impactos na saúde dos filhos e das gerações futuras e no uso nas plantações de aroeiras, uma das fontes de renda da comunidade.

Os atingidos e atingidas presentes indicaram insatisfação com a atuação da Fundação Renova, ressaltando que a empresa considerava apenas os pescadores do mar, desconsiderando os demais atingidos e a cadeia de geração de renda que a contaminação do mar e dos rios impactou.

A avaliação da equipe do Fundo Brasil foi de que o momento estava sendo percebido como muito importante na luta dos atingidos e que, apesar das dificuldades, a comunidade de Ferrugem demonstrou interesse e engajamento para compor a Comissão de Atingidos de São Mateus.

4.5. Pontal do Ipiranga (17 de setembro)

A reunião foi feita na Associação de Moradores de Pontal do Ipiranga, em 17 de setembro, com a participação de 18 pessoas, entre pescadores, comerciantes e surfistas. A comunidade vive de pesca, comércio e turismo; muitos moradores têm relação com o mar pela prática do surf. Na divisão territorial inicial feita pelo Ministério Público Federal e pelo Fundo Brasil, integrava o Território 16 – Macrorregião Litoral Norte Capixaba.

A equipe do Fundo Brasil explicou o papel de uma Assessoria Técnica e os passos do processo de escolha. O debate foi aberto já com a possibilidade à mesa de a comunidade de Pontal do Ipiranga escolher em qual território preferia compor a Comissão de Atingidos. Muitos dos atingidos presentes indicaram que fazia pouco sentido Pontal do Ipiranga integrar o território que inclui São Mateus e Conceição da Barra, pois estão mais próximos geograficamente e possuem relações sociais, comerciais e de identidade de modos de vida com Linhares. Indicaram que muitos já acompanhavam a Comissão de Atingidos de Linhares.

A comunidade manifestou interesse em aprofundar a mobilização, integrando a Comissão de Atingidos de Linhares e também aumentando a mobilização local. Uma moradora lembrou que os atingidos são o centro do processo e deveriam participar ativamente dos espaços de discussão e acompanhar a Assessoria Técnica que for escolhida.

Foi mencionada a necessidade da comunidade de ter disponíveis laudos de confiança para rebater informações e argumentos apresentados pela Fundação Renova nos quais não confiam. Os presentes também destacaram os impactos nos modos de vida de pescadores e surfistas, a falta de informação sobre a qualidade da água e os riscos de consumo e contato e o impacto duplo para quem é pescador e surfista. “Quando o pescador pega o peixe e constata que está cheio de tumores, isso é o quê?”, disse um dos presentes. “Sou surfista desde meus 14 anos, perdi tudo, meu trabalho e meu lazer”, apontou outro atingido.

Como encaminhamento final da reunião, a equipe do Fundo Brasil se comprometeu a entrar em contato com o Ministério Público Federal para encaminhar o redesenho territorial, com a ida de Pontal do Ipiranga para a Comissão de Atingidos do território de Linhares.

4.6. Barra Seca (18 de setembro)

Foi realizada na Associação de Moradores, Pescadores, Assemelhados e Comerciantes de Barra Seca, com a presença de 28 atingidos e atingidas, em sua maioria pescadores e comerciantes.

Na configuração territorial inicial, a comunidade de Barra Seca – que vive da pesca, do comércio e do turismo – integrava a Comissão de atingidos de São Mateus. A comunidade de Barra Seca afirmou o desejo de integrar a Comissão de Atingidos de Linhares, visto que está a 30 minutos da sede do município, enquanto São Mateus fica a duas horas de distância. Além da dificuldade de acesso, foram mencionados a semelhança entre os modos de vida e trabalho entre Linhares, Pontal do Ipiranga e Barra Seca, e o fato de que já acompanhavam e se mantinham informados sobre a Comissão de Linhares.

Os atingidos e atingidas relataram preocupação com impactos na pesca. Os relatos destacaram que mesmo a liberação da pesca na região não solucionaria o problema da falta de confiança dos consumidores na qualidade do pescado. Citaram ainda a falta de informações e laudos confiáveis sobre a qualidade da água para consumo humano e dos animais e sobre a qualidade do pescado.

Informaram ainda que a comunidade vivenciava um processo de ruptura de modos de vida harmônicos com a natureza. Relataram que, antes da lama, os moradores de Barra Seca viviam na região sem depredar a natureza, em uma relação de respeito, onde tinham tudo de que precisavam para viver bem. Assim, manifestaram dúvidas sobre que tipo de reparação seria capaz de indenizar ou recuperar a perda de modo de vida, renda e cultura tradicionais.

Os atingidos e atingidas de Barra Seca mostraram compreensão sobre a utilidade de uma Assessoria Técnica para reverter o quadro de inseguranças e incertezas causadas pela atuação da Fundação Renova. Citaram casos de advogados que cobravam 15% para agilizar as causas relacionadas às indenizações. Também mostraram preocupação com a prescrição do crime e a perda dos direitos.

O encontro terminou com o encaminhamento de que seria marcada reunião para oficializar que Barra Seca passaria a integrar a Comissão de Linhares. A equipe do Fundo Brasil transmitiu as informações ao Ministério Público Federal, que encaminharia o redesenho dos territórios.

4.7. Redesenho do território

Desta forma, por recomendação do Fundo Brasil, aceita pelo Ministério Público Federal, realizou-se o redesenho do Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba, Território Quilombola de Degredo e Norte de Linhares (ES), que sofreu um ajuste na sua configuração inicial, passando a ser composto exclusivamente dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, e passando a se chamar Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba. Barra Seca e Pontal do Ipiranga passaram a compor a Comissão de Atingidos do Território de Linhares (Território 15 da Proposta Técnica e Comercial).

Em 14 de setembro, o Fundo Brasil tornou pública em seu site a relação definitiva das organizações credenciadas a participar do processo de escolha das assessorias técnicas aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. No Território 16 – Macrorregião Litoral Norte Capixaba, três organizações atenderam aos requisitos previstos no termo de referência do território e foram credenciadas:

- Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai;
- Grupo Técnica de Apoio – GTA
- Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação.

A carta convite às três entidades credenciadas para apresentação de proposta preliminar de trabalho do Território 16 – Macrorregião Litoral Norte Capixaba foi enviada em 16 de outubro de 2018.

4.8 Apresentação do credenciamento

Duas reuniões de apresentação do resultado do credenciamento de entidades interessadas em prestar o serviço de Assessoria Técnica ao território foram realizadas em 10 de outubro. Às 9 horas da manhã, em Conceição das Barra, no polo Universidade Aberta do Brasil; às 14 horas, na Associação de Moradores da Comunidade do Nativo, em São Mateus.

Ambos os encontros contaram com a presença de pelo menos um representante da Defensoria Pública do Espírito Santo ou do Ministério Público Federal. Seguiram a metodologia habitual das reuniões de apresentação de credenciamento: apresentação

do direito dos atingidos e atingidas à Assessoria Técnica independente; explicação do trabalho de uma entidade de Assessoria Técnica; papel do Fundo Brasil no processo de viabilização da escolha; apresentação dos critérios de credenciamento; dos nomes das entidades credenciadas e das informações básicas de identificação e contato de cada uma delas; e por fim, a pergunta sobre eventuais fatos de conhecimento dos atingidos que desabonasse alguma das entidades e não tivessem sido considerados nas análises feitas pelo Fundo Brasil. Sem fatos novos, as entidades foram consideradas credenciadas.

Em Conceição da Barra, a Comissão perguntou sobre o evento de escolha: formato (definido pelos próprios atingidos e atingidas), custeio (transporte e alimentação dos eventos de escolha sob organização e custeio pelo Fundo Brasil) e formato da escolha de apenas uma entidade entre as três concorrentes (a ser definido pela Comissão de Atingidos). Atingidos também quiseram saber de que formas a assessoria técnica independente poderia ajudar a questionar a matriz de danos estipulada pela Fundação Renova. Alguns presentes lembraram que uma das funções da assessoria técnica independente é construir uma matriz de danos própria e uma agenda de negociações dos atingidos a partir de suas demandas e prioridades.

São Mateus teve perguntas e questionamentos sobre o custeio da Assessoria Técnica (que é paga integralmente pelas empresas violadoras de direitos); como opinar sobre e fazer uma escolha sobre entidades que não conheciam (MPF explicou que as entidades iriam ao território se apresentar e apresentar sua proposta preliminar de trabalho); e o formato da apresentação no evento de escolha (sob definição da Comissão de Atingidos).

Sugeriu-se a data de 23 de novembro para a reunião de escolha, que acabou se confirmando.

5. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PRELIMINARES E AVALIAÇÃO

As organizações credenciadas para o território receberam cartas-convite, elaboradas pela equipe do Fundo Brasil, apresentando o formato no qual as propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas deveriam ser elaboradas.

Solicitou-se às organizações breves descrições das linhas de ação e da metodologia de trabalho para abordagem das demandas presentes no território, conforme apresentadas na Chamada Pública que o Fundo Brasil realizou para o credenciamento de organizações interessadas em prestar o serviço de Assessoria Técnica. As cartas-convite também definiram os prazos do processo de elaboração e avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas. A definição dos prazos foi feita conjuntamente pelo Fundo Brasil e pela Força Tarefa do Rio Doce do Ministério Público Federal, em reunião realizada em 1 de outubro de 2018. Definiu-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento das mensagens eletrônicas com as cartas-convite, para que as organizações credenciadas enviassem as propostas preliminares.

5.1. Comissão de Especialistas

Ao receber as propostas, o Fundo Brasil realizou uma análise prévia da adequação de cada uma delas ao escopo do trabalho contido na Chamada Pública. Os pareceres técnicos das propostas contaram com a participação de especialistas externos, com conhecimento sobre as temáticas específicas do território, a convite do Fundo Brasil. Para a composição deste comitê, o Fundo Brasil de Direitos Humanos convidou pesquisadores e pesquisadoras que atuam na região da Bacia do Rio Doce e que têm sido reconhecidos pelo desenvolvimento de trabalhos relevantes sobre os desdobramentos dos impactos ambientais e violações de direitos humanos experimentados pelos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Este conhecimento específico representa um elemento fundamental para a necessária avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações que farão Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas.

Para a definição do escopo de atuação da Comissão de Especialistas, o Fundo Brasil elaborou um termo de referência. Este documento define os produtos que deveriam ser entregues pelos especialistas, bem como o prazo de 15 dias corridos para a realização do trabalho. Cada especialista se comprometeu a fazer um breve parecer individual sobre a adequação da proposta ao escopo da Chamada específica de cada território, observando se as demandas transversais que conformam a concepção de

Assessoria Técnica presente no Termo Aditivo ao TAP – mobilização social, informação e apoio à participação e reivindicação de direitos –, e se as demandas específicas de cada território estão refletidas nas propostas preliminares que seriam apresentadas aos atingidos e atingidas nas comunidades.

O termo de referência esclarece que não cabe à Comissão de Especialistas interferir na natureza da proposta, nem descredenciar qualquer organização, e que a decisão sobre a qualidade e pertinência das propostas caberá exclusivamente aos atingidos, em processo deliberativo público realizado nas comunidades. Os pareceres referentes ao Território da Macrorregião Litoral Norte Capixaba foram enviados ao Fundo Brasil de Direitos Humanos através de mensagem eletrônica em 09 de novembro de 2018.

As sugestões e recomendações feitas pelo Comitê de Especialistas foram enviadas às entidades credenciadas para o território. As entidades tiveram prazo de 3 dias úteis para readequar as propostas preliminares e devolvê-las ao Fundo Brasil.

6. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA

No dia 23 de novembro de 2018, sexta-feira, a partir das 9h, foi realizada a reunião para escolha da Assessoria Técnica à Macrorregião Litoral Norte Capixaba, composta pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Uma estrutura para receber o evento, com tendas, sanitários químicos e parquinho infantil, foi montada em um terreno na localidade de São Miguel, na rodovia ES-315 (Estrada do Nativo), em frente à Associação de Moradores de São Miguel, no município de São Mateus.

O evento de escolha contou com as presenças dos integrantes da Força Tarefa do Rio Doce no Espírito Santo – o procurador da República Malê Frazão e os defensores públicos Mariana Sobral e Rafael Portella. Pelo Fundo Brasil, compareceram: o advogado Marcelo Sodré, Gabriel Strautman, coordenador dos trabalhos do Fundo Brasil no Espírito Santo, e a equipe de campo. Os atingidos e atingidas do território somaram 439 pessoas registradas em lista de presença.



Figura 6: Estrutura do evento de escolha de Assessoria Técnica para o Litoral Norte. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil



Figura 7: Infraestrutura do evento, com tenda de reunião e parquinho infantil. 23 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

A reunião começou às 09h30. Gabriel Strautman, coordenador dos trabalhos no Espírito Santo, abriu o evento falando da importância do momento de escolha da Assessoria Técnica. Passou a palavra aos integrantes da Força Tarefa do Rio Doce.



Figura 8: Fila de inscrição. 23 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

O defensor público Rafael Portella falou primeiro. Lembrou que apenas em janeiro de 2018 a comunidade de São Mateus foi reconhecida como atingida e que algumas pessoas receberam auxílio financeiro, mas que ainda faltava muita gente. “Em 2017 não tinha ninguém contemplado. Foi com a luta de vocês, pegando ônibus, indo para Minas Gerais protestar. Enviando ofício à Fundação Renova, como fez uma das associações locais aqui, que colocou a Renova em contradição. Com a atuação de várias pessoas que não consigo citar porque é muita gente, que vocês hoje chegam ao auge dessa luta, que é a escolha da Assessoria Técnica que a gente há muito tempo fala com vocês.”

Portella destacou que a Assessoria Técnica é um direito e que tem independência da Fundação Renova. Falou sobre os atingidos e atingidas da região norte de São Mateus, que ainda não foram reconhecidos e agradeceu às comunidades de São Mateus e de Conceição da Barra “que não desistem, que estão no mapa do desastre, que participam de evento nacionais e internacionais denunciando o crime que ocorreu”.

Mariana Sobral saudou as mulheres locais e sua luta. Disse que acredita que as empresas violadoras dos direitos das populações do Rio Doce acharam que os atingidos e atingidas iriam esmorecer pelo cansaço, mas que depois de três anos, a luta continua. “O primeiro passo foi o reconhecimento, o segundo passo é a Assessoria Técnica.” A defensora pública afirmou que São Mateus e Conceição da Barra “são exemplo, vocês carregaram o reconhecimento de outras comunidades nas costas”. Afirmou que a data

era festiva e que cada passo adiante deve ser comemorado porque “na luta, comemorações são raras”. Lembrou a necessidade de a plenária manter o foco no processo de escolha da Assessoria Técnica, deixando para outra ocasião as demandas pontuais.

Malê Frazão (MPF) fez sua primeira fala. “Vocês disseram: é a nossa vez de fazer justiça. E justiça maior, porque vocês nem foram reconhecidos como injustiçados. Tiveram que afirmar a sua própria condição de vítimas. Isso é algo que só vocês têm, e ninguém tira de vocês”. Afirmou que a Assessoria Técnica que será escolhida poderá ampliar a voz dos atingidos e qualificar a mobilização. Também pede que as pessoas se concentrem, tirem dúvidas e escolham de forma consciente.

Gabriel Strautman relembrou o papel do Fundo Brasil na viabilização de Assessorias Técnicas e revisitou o histórico do processo no território, onde foram realizadas sete reuniões (*descritas no item 4*). Lembrou que a equipe do Fundo Brasil não pôde percorrer todas as comunidades, mas que a maioria delas estavam representadas em encontros prévios.



Figura 9: Gabriel Strautman (Fundo Brasil), Rafael Portella (Defensoria Pública), Mariana Sobral (Defensoria Pública), Malê Frazão (MPF) e o espaço cheio. 23 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

“Em cada comunidade a que conseguimos chegar, o objetivo foi compartilhar com vocês informações sobre o processo de escolha das Assessorias e sobre o caminho que nós, do Fundo Brasil, e cada uma das comunidades teríamos de percorrer

conjuntamente para que a gente chegasse no dia de hoje. Fizemos sete reuniões nesse território. Como já disse, não deu para ir em todos os lugares, mas nos esforçamos para percorrer o máximo possível do território”, afirmou o representante do Fundo Brasil.

6.1. Metodologia da reunião

Gabriel Strautman comunicou aos atingidos e atingidas que o GTA e a Rede Interação desistiram de apresentar propostas ao território e que, portanto, apenas a Adai faria sua apresentação.

A sequência da apresentação foi informada:

- A Adai faria sua apresentação em até 60 minutos, incluído o tempo para perguntas dos atingidos;
- Perguntas seriam feitas mediante inscrição junto à equipe do Fundo Brasil;
- Ao fim da apresentação e das perguntas, os representantes das entidades deveriam se retirar da sala;
- Na fase de deliberação, os atingidos e atingidas presentes poderiam usar o microfone para debater a proposta apresentada e defender sua escolha

Aqui, o representante do Fundo Brasil se aprofundou na importância das perguntas. “Quero falar bem sobre isso. Se as três entidades viessem aqui hoje, vocês teriam a opção de escolher uma. Como duas desistiram, a opção que se apresenta é a seguinte: ou vocês referendam a entidade que está se apresentando hoje, ou têm a opção de não escolher. Isso levaria ao recomeço do processo de credenciamento e escolha neste território, mas cabe a vocês decidirem. Os atingidos e atingidas têm a palavra final.” Voltou a falar na importância das perguntas à Adai. “Façam perguntas. Não existe pergunta boba, bobagem é não perguntar.”

Ele explicou ainda o mecanismo de escolha: por aclamação ou, se fosse preciso, votação.

6.2. Apresentação

6.2.1. Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai

Arthur, representante da Adai, começou a apresentação informando que percorreu a região do litoral norte nos quatro meses anteriores à reunião de escolha para fazer um diagnóstico. Visitou casas e associações para construir uma proposta preliminar de acordo com as demandas de atingidos e atingidas. “O plano foi construído com a demanda do pescador, das lideranças, do agricultor, do morador, dos comerciantes. Não é um plano concluído, pode mudar por um processo de elaboração das demandas que surjam, é um plano que está aberto.”



*Figura 10: Apresentação da Adai. 23 nov 2018.
Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

Segue-se a apresentação da história e dos projetos já desenvolvidos pela Adai no mesmo formato que a entidade já apresentou em cinco reuniões anteriores em territórios na Bacia do Rio Doce. A entidade foi fundada em 1993 em Erechim, no Rio Grande do Sul. Tem como missão desenvolver ações para apoiar as populações atingidas e/ou ameaçadas por barragens, buscando combater as desigualdades. Atua por meio de prestação de serviços, consultoria e assessoria técnica nas áreas social, pedagógica, jurídica e produtiva. Tem atuação nacional, com mais de 35 projetos conduzidos, e em 25 anos de trabalho, a entidade afirma ter beneficiado 13 mil pessoas de forma direta e mais de 50 mil indiretamente.

O representante da Adai destacou o Projeto de Reassentamento dos Atingidos pela obra de implantação da usina hidrelétrica de Itá (Paraná e Santa Catarina) e ressaltou o trabalho em conjunto com as famílias daquela área. Falou também sobre o Programa Cisternas, conduzido pela Adai em 12 Estados brasileiros.

A segunda parte da apresentação foi feita por Adriana Dantas. Ela apresentou os objetivos específicos da proposta para a região:

- Fomento à auto-organização;
- Mapeamento das ações e da situação cadastral;
- Proposta de saúde popular, com estudo para saber qual o papel do poder público e o da Renova em relação às novas doenças trazidas pelo rompimento da Barragem de Fundão;
- Estudos socioeconômicos, socioambientais e análises dos impactos na renda familiar;
- Acompanhamento jurídico com linguagem acessível para esclarecimento e possíveis encaminhamentos;
- Estudo para reconhecimento e titulação das comunidades tradicionais;
- Formação de grupos de trabalho nas comunidades, viabilizada pelas visitas de mobilizadores.

A metodologia adotada pela Adai no trabalho, disse a representante, é participativa. “A metodologia que a gente acha interessante é permanecer ativa a Comissão de Atingidos, aberta para todo atingido e atingida que queira participar. Sabemos que quando a assessoria chega, muitas vezes as pessoas não dão importância. Mas com o andamento do processo, vão percebendo a utilidade da assessoria na busca pelos direitos.”

Adriana apresentou os eixos temáticos que orientarão o trabalho de Assessoria Técnica:

- Saúde: levantamento das doenças que chegaram com a lama e encaminhamentos junto ao poder público;
- Jurídico: avaliação da matriz de danos;

- Socioeconômico: impacto na renda das famílias atingidas; produção de análises técnicas confiáveis;
- Formações e capacitações.

Adriana disse que os processos de contratação de profissionais técnicos são transparentes e as pessoas capacitadas das próprias comunidades atingidas devem se candidatar. Afirmou que a Adai está à disposição, reafirmou a idoneidade da entidade e encerrou a apresentação.

6.2.1.1. Perguntas à Adai

A equipe do Fundo Brasil lembrou que as perguntas seriam feitas mediante inscrições e respondidas em blocos de três. Sugeriu-se que as perguntas fossem feitas de forma direta. Mesmo assim, as manifestações nesta etapa começaram com falas afirmativas e com questionamentos ou manifestações de apoio ao processo de escolha da Assessoria Técnica, não com questionamentos à entidade.

O primeiro atingido direcionou crítica ao processo. Disse que o Fundo Brasil deveria ter contatado as nove comunidades do território, e não apenas sete. Disse que o contato deveria ter sido feito diretamente com os atingidos, e não com as lideranças. Afirmou que votaria a favor da Adai para não atrapalhar o avanço conquistado, que era preciso incluir na luta o poder público, na figura de algum vereador, e terminou pedindo desculpas, mas dizendo que falou a verdade.

Na segunda manifestação ao microfone, atingido definiu o momento como decisivo. Como representante de sua comunidade, disse que estava ciente da escolha da Assessoria Técnica, que tinha participado de reuniões sobre o processo e da reunião de apresentação do credenciamento de entidades. Lembrou à plenária que, se não fosse feita uma escolha naquela manhã, o processo seria ainda mais moroso. Celebrou o direito democrático à escolha, mas lembrou que o tempo é curto.

“Tempo pra nós tá sendo dinheiro, tempo pra nós tá sendo prejuízo, tempo pra nós tá sendo muita perca. Aquele que não recebeu

tá passando por muita dificuldade. E a divulgação tá tudo em cima: não pode vender pescado, não pode vender caranguejo, não pode vender peixe. A agricultura tá afetada também”
(Atingido)

O atingido afirmou que a decisão era votar favoravelmente à Adai, e que a decisão tinha sido tomada em conjunto com sua comunidade, não era uma escolha apenas das lideranças.



Figura 11: Etapa de perguntas à Adai. 23 nov 2018.
Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

Gabriel Strautman (Fundo Brasil) lembrou a necessidade de perguntas para a Adai. Também aproveitou o microfone para responder ao questionamento sobre o trabalho do Fundo Brasil no território.

“O Fundo Brasil fez um trabalho de percorrer o máximo possível de comunidades. Sabemos, e eu já disse anteriormente, que não foi possível ir a todas, e pedimos desculpas. O território de São Mateus e Conceição da Barra é bem grande. Fizemos o máximo possível de reuniões e também confiamos na possibilidade da

informação circular entre os próprios atingidos. Trabalhamos para fazer o processo o mais claro e transparente possível. E tentamos compensar, mesmo não tendo ido a todos os lugares, trazendo gente de todos os lugares para essa reunião”.

Atingida perguntou:

“Minha preocupação é o que vem acontecendo com as mulheres. A reparação das mulheres tem sido reconhecida pelos maridos. Quando vão iniciar a Assessoria e quando vamos desmembrar as mulheres dos maridos? Estamos sem saúde, sem água, sem emprego. Mudou todo o nosso modo de vida. Como vai ficar nossa situação?”
(Atingida)

No questionamento seguinte: “Quando Conceição foi reconhecida, entrou uma enxurrada de advogados, indo de porta em porta, cobrando honorários. Eles se anteciparam e foram feitas diversas procurações. Isso colocou o pescador numa zona de conforto entre aspas. O povo acomodou, mas estamos na luta. Quero saber da Adai como será esse trabalho, porque tem várias associações, vários interesses. Como é que vai ser o trabalho da Adai junto à colônia de pescadores, junto das associações com essa onda de advogados? Como vocês vão lidar com isso?”

Os representantes da Adai responderam que as duas perguntas eram de âmbito jurídico. Informaram que os profissionais da área que serão contratados pela Assessoria Técnica não farão visitas a casas ou associações, mas sim a comunidades, de acordo com um calendário previamente pactuado com a Comissão de Atingidos. Que está em estudo a possibilidade de os atendimentos serem feitos por perfis de públicos – mulheres, jovens, categorias profissionais. Informaram ainda que os atendimentos jurídicos serão

gratuitos para os atingidos e atingidas e que os profissionais serão identificados, para que as comunidades saibam quem são os advogados da Assessoria Técnica.

Atingida perguntou se a Adai pretende contratar pessoas da comunidade que têm as qualificações necessárias ao trabalho da Assessoria Técnica. “Acho muito importante que as pessoas qualificadas possam trabalhar. Nós, cada um que está desempregado, precisamos trabalhar.”

A próxima atingida pegou o microfone afirmando que iria fazer um desabafo antes da pergunta, e que a reunião deveria ser da forma que a população atingida quisesse. “Dr. Rafael disse que algumas comunidades tiveram ampla participação. Se uma comunidade participou muito, é porque não deu oportunidade para as demais”. Disse que a comunidade dela não iria votar devido à falta de conhecimento do processo, por não ter sido visitada.

A atingida reclamou da ausência das duas entidades que desistiram do processo e afirmou que, desde o começo, não apareceram na região, diferentemente da Adai. Disse que o Fundo Brasil deveria ter substituído as duas entidades por outras no processo. “Quando dizem que as comunidades estavam sabendo, estavam sabendo sim, mas não deram meios para a gente ir *[às reuniões anteriores]*.” Disse que a Assessoria é boa, mas deve ser feita da forma correta. “Estamos aqui pra vocês andar conforme nós andamos. Temos que mostrar os nossos problemas, a nossa realidade. A assessoria deve estar em cada uma das comunidades, porque cada atingido sabe o que está passando.” Em seguida, faz suas perguntas: os agendamentos de atendimentos serão feitos pelas comunidades ou pela Adai? A Assessoria Técnica vai trabalhar com os atingidos no eixo da cultura? Pediu desculpas e foi aplaudida.

Próxima pergunta: atingidos poderão indicar profissionais que entendem a causa, ou os profissionais serão selecionados por provas?

Sobre a seleção de profissionais, Adriana (Adai) disse que haverá critérios para contratação, mas que atendam os requisitos que a comunidade considerar importantes. Sobre valorização da cultura, afirmou que é, sim, um eixo de trabalho. Sobre a forma como serão feitos os agendamentos de atendimentos, respondeu que a Assessoria é que vai até as comunidades, não o contrário. E que as comunidades é que conduzem os profissionais para a abordagem das necessidades.

Sobre a ausência das outras entidades credenciadas para o território. Arthur (Adai) disse que gostaria que elas tivessem apresentado propostas para proporcionar comparações.

Rafael Portella, da Defensoria Pública, interveio para explicar a parte da pergunta relacionada com as instâncias da justiça.

“Acho excelente que as assessorias sintam o calor da comunidade. Aqui não é brincadeira, o negócio é sério. Se não fosse sério, vocês não seriam reconhecidos. Aqui o pessoal é bom de briga. Existe um processo nisso que está sendo fiscalizado, ele é de responsabilidade do Ministério Público Federal, e aqui no Espírito Santo ele também é acompanhado pela Defensoria Pública da União, pela Defensoria do Estado e pelo Ministério Público estadual. Esse processo começou com as Chamadas Públicas, onde se deu ampla publicidade para permitir candidaturas de todas as entidades. O Fundo Brasil comunicou o MPF o interesse de três entidades. Até ontem, até pouco tempo, a gente tinha informação que haveria mais de uma entidade presente hoje. Mas as duas entidades desistiram do projeto, mandaram e-mail, comunicaram ao Fundo Brasil que não tinham mais interesse de estar no território. O MPF recebe, toma ciência, mas a gente não pode obrigar as assessorias a virem aqui se elas não têm a disposição de estar no território com vocês. O procedimento tem que ser rígido, estamos falando de muito dinheiro investido para que as coisas deem certo. Imagine se ontem à noite uma determinada entidade desiste e a gente desmarca tudo isso. Hoje vocês têm a opção de analisar e concordar ou discordar. Se não houver a escolha da Assessoria hoje, ok. Haverá o recomeço do processo e uma nova negociação com as empresas. Se parar, vamos chamar outra. Chamar outra como? Não teve. Em Minas Gerais temos sete, oito entidades por território. Aqui no Espírito Santo, o território que teve mais entidades cadastradas, teve os mesmos três. E quando chegamos na hora H, para apresentar, estamos presenciando que em várias localidades teve desistências. Teve lugar em que eram três e foram duas, eram três e foi uma. Enfim, quero explicar como se dá o processo porque vocês precisam ter segurança do processo. A briga é grande, a briga é desigual, estamos brigando com três mineradoras gigantescas, mas não falta disposição para gente continuar brigando para que vocês tenham mais instrumentos para brigar pelos seus direitos.”

Foi aplaudido.

Malê Frazão (MPF) também destacou a necessidade de garantir a lisura do processo de escolha de Assessoria Técnica por meio da execução de todos os passos previstos nas Chamadas Públicas, para que escolha e contratação sejam homologadas pela Justiça. “É meu dever, é dever do MPF, fazer com que esse processo seja seguido”, disse.

Por causa do tempo, o representante do Fundo Brasil pediu que as perguntas seguintes fossem feitas em 2 minutos cada. Ele informou que ainda haviam seis inscrições.

Atingido disse que Barra Nova não foi visitada. Falou da situação dos pescadores e pediu que assessoria se faça presente em Barra Nova. A plenária pressionou para que ele fizesse perguntas, o que não ocorreu.

Atingida quis saber se “nosso Guriri” terá representação constante.

Um trio de perguntas foi direcionado à Adai.

“Todos os programas de reparação de danos da Renova e compensação são objetos da Assessoria Técnica? Queria entender, porque existe um grupo Rio com Mar, um grupo de pesquisa. O que tem a ver com a Assessoria Técnica? A gente vai usar as análises deles ou vocês vão repetir as análises? Quero entender como a Assessoria Técnica apresenta essas informações pra gente. Também sugiro um programa de comunicação social para que a gente receba informação de qualidade sobre tudo o que está acontecendo.”

“Adai, sabemos que em nossa comunidade temos técnicos, agrônomos, advogados, enfermeiros. Nós temos a prata da terra. Qual será esse edital? Podemos opinar nesse edital para contratar a prata da terra? A minha preocupação é se Adai vai trazer técnicos de longe que não conhecem a nossa realidade.”

“Quero perguntar do meio ambiente. O que será feito? Quanto tempo será o projeto de vocês? A gente precisa de uma segurança de que vai ter uma continuidade. E qual será o papel da Adai no acompanhamento dos trabalhos da Renova? No papel, A Renova diz que está nas comunidades, que está pagando, mas a realidade é outra. Haverá um papel de fiscalização?”

Adriana (A dai) começou a série de respostas dizendo que a Fundação Renova tem 42 programas para serem executados nas comunidades atingidas, e que o papel da Assessoria Técnica é fazer levantamento dos problemas junto com a comunidade, colocá-los no papel e cobrar a execução dos programas de reparação dos danos.

Disse que as pesquisas de confiança da comunidade serão usadas nos trabalhos da Assessoria.

Artur explicou que Rio com Mar é um projeto de pesquisa da USP que investiga a opinião popular para encontrar demandas e propostas da comunidade, e que não tem relação com a Assessoria.

Sobre o tempo de duração do trabalho, Adriana disse que será pactuado com a comunidade na proposta de trabalho. Que em Minas Gerais o prazo é de quatro anos. “É a negociação que vai decidir isso.”

O tema da contratação foi retomado com a menção ao edital, que pode prever conhecimento da realidade local como um dos critérios. A respeito de Guriri, a A dai lembrou que a Comissão de Atingidos é aberta à participação de todos os interessados, e que Guriri terá grupo de trabalho.

Terminou assim a apresentação da A dai, às 11h29.

6.3. Debate

Antes de abrir o microfone para o debate, o representante do Fundo Brasil lembrou que os atingidos e atingidas tinham duas opções naquela manhã. Referendar a escolha da A dai como Assessoria Técnica para o Litoral Norte por aclamação, se possível, ou por votação; ou não escolher a Assessoria Técnica e recomeçar todo o processo. Ele destacou que o momento era para defender ideias e posições.

Cerca de dez inscrições foram apresentadas à equipe do Fundo Brasil para falar neste momento. Duas falas foram enfáticas para manifestar descontentamento com a ausência das outras duas entidades inicialmente credenciadas para o território. “Dez vagões da Samarco não são o bastante para transportar a minha indignação”, disse um dos atingidos.

A defensora Mariana Sobral pediu a palavra para contar aos presentes que o não comparecimento de uma das entidades à reunião de escolha em Regência também

causou indignação dos atingidos e atingidas. Contou ainda que, em Regência, a plenária decidiu incluir na ata da reunião uma moção de repúdio à entidade ausente.

Atingido fez uma fala favorável ao processo de escolha: “Cabe a nós, como representantes dos atingidos, buscar as informações e levar para a comunidade. Essas reuniões aconteceram há muito tempo falando da Adai, das outras entidades. Aqui mesmo foram feitas duas explicações. Abriu o edital, as únicas que conseguiram passar por essa peneira foram essas três. Do Espírito Santo mesmo, nenhuma entidade se inscreveu. Porque assumir esse pepino ninguém quer”. O atingido, então, falou sobre a Adai: “A gente tem que aproveitar o que está na mão. Eu vou aprovar porque ela foi montada por atingidos e o projeto é bem satisfatório”.

Representante dos povos tradicionais de São Mateus: “Hoje estamos aqui falando da Adai e das outras empresas. É igual mesmo na associação da comunidade. Tem vez que candidata dois e só vai uma. Não é diferente. Não tem nada de nós ficar abismado porque não veio duas. Porque muitos têm medo de enfrentar a realidade dos atingidos. Porque aqueles que vêm, a Defensoria Pública não iria apresentar um lixo, uma porcaria. Queremos Assessoria Técnica onde marido recebe, onde mulher tem cartão, tem protocolo, tem carteira. Estamos aqui pra falar do nosso povo, nós queremos respeito. Essa reunião vai ficar marcada”.

Um atingido pediu que “quem ainda não recebeu [indenização] que se levante. Muitos levantaram. “Vocês estão vendo? Essa é a nossa indignação. Temos que falar, gente. Me emociono porque tem gente que não tem o pão de cada dia. Mas a Samarco, eu queria que tivesse aquele rapaz aqui. Ele sabe todos os produtos que a empresa produz, mas no final só sobra o minério que mandam pros Estados Unidos. Esses dejetos deveriam ser desviados do Rio Doce e levado pro espaço pra contaminar que fosse os Estados Unidos. Nós temos que ter união. Se na comunidade de vocês quem ouve a reunião e não passa pra vocês, então tira e coloca outro. O bom representante tem que chamar o seu rebanho e dizer o que aconteceu. Não adianta colocar a reunião no bolso”.

Falou novamente sobre a necessidade de união e foi amplamente aplaudido.



*Foto 12: Atingida fala na etapa de deliberações. 23 nov 2018.
Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

A última atingida a se pronunciar nos debates fez uma fala emocionada. “Estou muito feliz. Todo mundo falou, desabafou, mas agora a gente tem que se unir. Agora é momento de alegria porque vamos votar na Adai. É pra ontem. Vamos erguer a mão, a luta não acabou, só está começando porque a empresa é grande. Vamos derrubar o Golias unidos. Já estamos na luta, já existe a comissão de São Mateus há muito tempo. Tem muita gente que está na reunião, na luta, e ninguém desiste da luta. Eu estou aqui como mulher, como negra, como pescadora, tudo que tem direito. Vamos nos unir e votar conscientemente. Eu fui lá pra Minas representar o Estado do Espírito Santo, eram trezentas mulheres guerreiras que foram representar. Quem tava nessa luta mulherada?”

Houve aplausos e gritos de várias mulheres presentes.

A atingida prosseguiu: “Deixamos nossa casa, nossos filhos pra ir pra Mariana, dia 5 de novembro, a gente tava lá levantando bandeira. Estamos aqui pra lutar pra todos. Vamos lutar pelo seu próximo. Eu não recebi ainda não, mas eu vou receber. Estou lutando desde muito tempo, eu não vou desistir. Porque a luta é assim. Eu agradeço muito, estou feliz mesmo”.

6.4. Decisão

O defensor público Rafael Portella conduziu o momento efetivo da escolha. Pediu que, na plenária, quem concordasse com a escolha da Adai como Assessoria Técnica para

o Litoral Norte Capixaba levantasse a mão e gritasse para ficar clara a escolha. A Adai foi escolhida por aclamação.



*Figura 13: Adai é escolhida por aclamação. 23 nov 2018.
Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

6.5. Considerações finais do evento de escolha da Assessoria Técnica

O evento de escolha terminou às 12h15, com a explicação geral do procurador Malê Frazão (MPF) sobre os próximos passos do processo, o papel do MPF de negociar com as empresas a proposta de trabalho da Assessoria Técnica que será construída coletivamente pela Adai e os atingidos e atingidas. A equipe do Fundo Brasil convidou todos os presentes para o almoço.